



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 10ª
(DÉCIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012.**

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Olair Francisco a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 9ª Sessão Ordinária;
- Ata da 2ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 3ª Sessão Extraordinária.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Quero comunicar aos Parlamentares que eu tenho três reuniões na Presidência agora, então, vou ter de me ausentar, mas vou passar a Presidência para o Deputado Olair Francisco. Eu tenho uma reunião com quatro associações que foi marcada pelo Deputado Cláudio Abrantes. Estão aguardando na Presidência. Tenho uma reunião sobre policiais militares que estão sendo excluídos da corporação. Também estão aguardando na Presidência. Os líderes do movimento da PM e dos Bombeiros, que estão fazendo movimentos reivindicatórios e têm assembleia dia 2, também estão aguardando na Presidência.

(Assume a Presidência o Deputado Olair Francisco.)

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Dá-se início ao
PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de trazer a esta Casa uma iniciativa que foi trabalhada na Câmara Legislativa. Recebi esta semana uma representação da comunidade da DF-180. Eles vieram à Câmara Legislativa e foram visitar o Deputado Patrício para trazer algumas considerações ao Deputado. Entretanto, tivemos oportunidade de encontrá-los em nosso gabinete para dizer do avanço dos trabalhos com relação à iluminação da DF-180. É uma reivindicação de quarenta anos pela qual a comunidade da Ponte Alta, que está situada na DF-180, vem lutando durante muitos e muitos anos.

Nós queremos que esse seja um projeto que tanto viabilize um melhor tráfego como dê maior segurança à comunidade. Isso partiu de um entendimento aqui da Câmara Legislativa, na forma de uma emenda Parlamentar acolhida na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, proposta por nós e que agora nós estamos vendo ser concretizada por meio de um convênio da Secretaria de Obras com a CEB.

Eu quero deixar registrada aqui a importância dessa obra porque vai vitalizar uma rodovia que tem sido, inclusive, utilizada para fins de crime, lá são feitas várias desovas de carros, há formas de escoamento da cidade, esconderijo, e, nesse sentido, é importante esse processo de iluminação. Há um conjunto enorme hoje da população morando lá, o CPH – Centro de Pesquisas de Hortaliças – da Embrapa funciona nessa comunidade. Há escola, setor residencial; inclusive, a primeira escola de Brasília nasceu naquelas imediações. Portanto, Sr. Presidente, é um trabalho que merece ser registrado porque nasceu nesta Casa, teve resposta nesta Casa e, com certeza, estaremos presentes na oportunidade da inauguração, que deve ocorrer nas próximas semanas.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu fico imaginando, Deputada Arlete Sampaio, onde estava o Poder Executivo, onde estava o Poder Legislativo, onde estava o Ministério Público do Distrito Federal, que permitiram, Deputado Wasny de Roure, que fossem criados, Deputado Rôney Nemer, no Distrito Federal, 600 mil domicílios ilegais. Trata-se dos chamados condomínios, de todas as matizes. Isso vai, desde os locais que chamam de condomínio, mas que não são condomínios, até condomínios de alto luxo, e que agora precisam ser regularizados, efetivamente.

Eu acho que esse é o grande processo, essa é a grande batalha para que a sociedade inteira do Distrito Federal tem que estar voltada, que é regularizar esses 600 mil condomínios existentes no Distrito Federal. É impossível continuarmos assistindo ao que temos visto. Locais como o Sol Nascente, de que boa parte está constituído dentro de uma área de preservação, que agora temos que legalizar para resolver a situação daqueles moradores. Quanto ao Pôr do Sol, Deputada Luzia de Paula, 85% está dentro do Parque JK, e agora se precisa que o Ibram faça uma nova poligonal do parque porque não tem como tirar aquelas milhares e milhares de pessoas que estão morando ali. Foi permitido que elas ali vivessem.

Portanto, o trabalho de regularização do Distrito Federal terá que ser uma marca do Governo Agnelo. Esse talvez seja o trabalho mais importante a ser realizado aqui no Distrito Federal. Mas, para que isso aconteça – eu vou até escrever um artigo, é uma tese que estou defendendo –, acho que é preciso, Deputada Eliana Pedrosa, que promotores de justiça devam, antes de assumirem a promotoria, fazer um estágio. Ficar uns seis meses numa feira, uns seis meses morando num condomínio tipo Sol Nascente, algum tempo verificando como é que é a vida de um micro, de um pequeno ou até de um grande empresário no Distrito Federal, no que tange à disputa que existe hoje em função dos incentivos fiscais. Porque tudo o que a gente faz aqui nesta Casa tem um promotor para entrar com um processo contra, um procurador que entra pedindo a ilegalidade, pedindo a inconstitucionalidade da lei.

Nós aprovamos aqui... Eu comecei falando dos condomínios, mas vou falar de outra ilegalidade, que era que todas as feiras do Distrito Federal estavam na ilegalidade. Nós aprovamos aqui uma lei que é fruto do debate com o conjunto dos feirantes, e que o Governo do Distrito Federal teve o bom senso de encaminhar um projeto a respeito. O projeto foi aprovado por unanimidade nesta Casa, e o Ministério Público, por meio de um de seus integrantes, entrou com uma ação questionando a constitucionalidade da lei.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Existe muita gente aqui – alguns Deputados – que não tem coragem de falar dos absurdos que o Ministério Público comete, e eu vou começar a falar. Não tenho medo de ninguém. Vou começar a falar. Porque é muito fácil questionar tudo o que a Câmara Legislativa faz, quando não depende da arrecadação do Distrito Federal. As mesmas leis que são aprovadas no Distrito Federal, muitas vezes, também são aprovadas em Goiás, no nosso vizinho. E nunca é questionada a constitucionalidade delas. Sabe por que, Deputado Rôney Nemer? Porque, lá, o Ministério Público depende da arrecadação do Estado para pagar o salário deles. Aqui não. Aqui é bancado pela União, pois se trata deste ser híbrido, o Distrito Federal. Há algumas horas em que ninguém sabe o que é da União, o que é do Distrito Federal, e dá nisso. Portanto, este é um debate que tem de estar presente. O Ministério Público corre para entrar com ação de inconstitucionalidade contra qualquer lei que é aprovada aqui a respeito de tributo, Deputada Eliana Pedrosa. Só que Goiás continua nadando de braçada e tomando os empregos do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Deputado Chico Vigilante, V.Exa. traz, nesta tarde, um debate de muita importância, que é a questão dos incentivos que o Governo do Distrito Federal tem dado às empresas, o que é questionado pelo Ministério Público. As empresas não estão mais querendo bancar esse questionamento. Havia uma medida cautelar, que terminou hoje, dada pelo Governo do Distrito Federal. A arrecadação do Distrito Federal já está perdendo para o estado de Goiás milhões e milhões. No ano passado, nós faturamos, só de uma lapada, 400 milhões a menos. O Secretário da nossa Fazenda está desesperado. Contudo, não é só a questão do dinheiro, não. Agora será a questão do desemprego, Deputada Liliane. Vão fechar mais de duzentas empresas imediatamente, no Distrito Federal. E irão para o Entorno. Elas vão para o Entorno, virão para cá buscar o dinheiro, e a gente ficará aqui com o sacrifício, que é o desemprego, que é a insegurança. O cidadão, quando está desempregado, fica meio desesperado. Às vezes, ele vê um dinheiro para pagar uma passagem na sua casa, fácil, e ele pega aquele dinheiro para pagar a passagem, Deputado Rôney Nemer. E, com o desespero e a infelicidade dele, ele entra num caminho sem volta. E o que é que pode acontecer com isso? Com essa questão do Ministério Público, Brasília está só perdendo, só perdendo. Eu não vi ninguém, ainda, com vontade de enfrentar esse debate. E aí eu quero parabenizar V.Exa., que traz o assunto para esta Casa.

Eu falei ontem, na discussão dos projetos, que eu entendia que naquele momento estava acontecendo um diferencial dentro deste Parlamento. E está provado, quando V.Exa. traz para cá esse tema na tarde seguinte. A gente tem que sentar e tem que começar a questionar o Ministério Público em relação aos acontecimentos do Distrito Federal. Pode contar comigo, que eu quero estar ao seu lado, quando V.Exa. assumir esse questionamento, para conversarmos, porque Brasília não pode aceitar calada o que está se fazendo com ela. E uma das coisas é o fato de as empresas irem embora, não haver incentivo, e haver desemprego, desemprego, etc.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Obrigado por suas palavras, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Deputado Chico Vigilante, V.Exa. me permite um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputado Chico Vigilante, V.Exa. trouxe um tema relevante, especialmente porque nós, Parlamentares da Câmara Legislativa, volta e meia, fazemos uma apuração de que os nossos projetos, na sua maior parte, são inconstitucionais. V.Exa. mencionou a questão de tributos. Quando se trata de tributos, o Ministério Público tem entrado com ações de inconstitucionalidade. Já há, inclusive, um julgado do STF dizendo que as câmaras legislativas, as assembléias têm, sim, a prerrogativa de legislar sobre tributos.

Acho que foi muito bom essa matéria ter conseguido chegar ao Supremo Tribunal Federal, pois pode ser pacificada. Muitos dos nossos projetos, alguns nessa área, foram considerados inconstitucionais. Agora, em cada um que tenho feito – e tenho alguns aqui na Casa –, tenho registrado a decisão do Supremo pela constitucionalidade da atuação dos parlamentares na questão de tributos.

Muito obrigada.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o aparte da Deputada Eliana Pedrosa.

Vou repetir o que eu disse anteriormente aqui a respeito desse ser híbrido que existe do Distrito Federal: existe o Poder Executivo e existe a Câmara Legislativa, que tem de pagar os seus encargos com arrecadação própria, entretanto não pode legislar. Isso porque tem o Ministério Público, cuja maioria dos integrantes deveria fazer um estágio antes, Deputado Chico Leite, morando seis meses no Sol Nascente, verificando a situação difícil de arrecadação aqui. Como eles são pagos pela União, Deputado Dr. Charles, não têm nenhum problema com relação a seus pagamentos, porque não dependem do Distrito Federal. Leis que são constitucionais no Estado de Goiás, que o Ministério Público de Goiás não questiona, aqui são questionadas em sua constitucionalidade.

Toda vez que convidamos – não podemos convocar, então convidamos – um integrante do Ministério Público do Distrito Federal para vir debater aqui na Câmara Legislativa, nunca vem. Mandam sempre um ofício dizendo que não podem. Agora, para entrar com inconstitucionalidade das nossas leis... Chegamos ao ponto de ter um departamento dentro do Ministério Público de controle das atividades de constitucionalidade dos nossos projetos, como se aqui não tivéssemos uma CCJ, a Comissão de Constituição e Justiça. Afirmo que, com o critério que temos tido na CCJ, não estamos deixando passar projetos inconstitucionais, entretanto tem procurador só para questionar leis que são aprovadas aqui no Poder Legislativo.

Portanto, acho que está na hora de o Poder Legislativo se afirmar enquanto poder efetivamente. Nós não podemos ficar assistindo passivamente a essa enxurrada, essa verdadeira avalanche de pedidos de inconstitucionalidade de leis



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

justas e corretas que são aprovadas nesta Casa, como a questão da legalização dos parcelamentos irregulares do Distrito Federal. São 600 mil domicílios, eu repito, e agora a questão da lei das feiras, entre outras.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, V.Exa. e eu sabemos da importância do Ministério Público para o Distrito Federal e para o Brasil. V.Exa. sabe quantas vezes nós, V.Exa. e eu, ao lado do Ministério Público, lutamos contra a corrupção, contra a roubalheira, contra os desvios de recursos públicos operados por inúmeras pessoas públicas no passado. V.Exa. sabe, então, o serviço que o Ministério Público prestou não apenas na construção de um DF democrático, mas do Estado de Direito brasileiro. Nós sabemos da importância daquele que defende o direito transindividual e difuso.

Então, eu devo dizer a V.Exa. que, seja contra que partido for, inclusive contra o meu, seja contra que membro for, eu desafio, no plano eleitoral, quem tenha sido mais processado do que eu, inclusive impugnado, pelo próprio Ministério Público, às vezes por quem votou em mim, para defender o direito transindividual e difuso.

Não me parece que seja afastando a legitimidade fundamental dessa instituição, uma das mais acreditadas do Brasil e uma das que mais prestaram serviços ao Brasil, que nós vamos chegar, digamos assim, a um resultado profícuo quanto a um problema a que V.Exa. se reporta. Permita-me dizer isso.

Há realmente uma procuradoria do controle de constitucionalidade, não apenas aqui, mas também em outros estados, fundamental ao controle da unificação da legislação, para que cada estado não faça o que queira, para que não prevaleça a lei do mais forte. Isso não quer dizer que o Ministério Público, na defesa da sociedade, como substituto processual, vença a ação. Eu fui impugnado duas vezes e ganhei as duas. Eu tive inúmeras ações eleitorais e ganhei quase todas. Qualquer um de nós pode ter uma falha aqui e ali, e não é por isso...

Eu lembro demais quando nós fizemos uma ação, e um ex-deputado que tinha alguns processos criminais... Eu encabecei a ação, mas V.Exa. era subscritor, assim como a Deputada Arlete Sampaio e o Deputado Paulo Tadeu, hoje Secretário. Utilizando-se da sentença do juiz, da decisão do desembargador, aquele deputado imputado por nós pelas irregularidades – do qual, por não estar presente, eu não cito o nome, por dever ético – subiu a tribuna e leu a decisão como se fosse nos ofender. Eu lembrei a ele o juízo do século XVIII dizendo-lhe que, enquanto houver um juiz, enquanto houver um promotor nesta terra, aquele que não tem a quem recorrer vai recorrer a ele. Basta que nos recordemos do passado da ditadura. Basta que nos recordemos daqueles que não têm em que porta bater.

Agora, há lapsos? Há, como há em todas as profissões. Há excessos? Há, como há em todas as profissões. Por isso, eu defendi os controles externos tanto do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Ministério Público quanto da magistratura e, por isso, entrei, recentemente, na luta pela defesa da independência do CNJ, para que pudesse fazer a fiscalização, como defendo de todas as categorias neste Brasil. Todos precisamos ter controle externo e controle representativo da sociedade. Há lapsos, há excessos, há ausência de maturidade. Essa é outra realidade. Eu digo aos meus alunos na Escola do MP que não pode julgar quem tem falta de luz e de água aquele que não conhece a falta de luz e de água. Fui promotor por mais de sete anos na Ceilândia, fazendo daquele fórum a luta contra o abuso de autoridade. V.Exa. lembra. Eu não estou aqui fazendo discurso. V.Exa. lembra da minha luta pessoal com ameaças de morte. Quem acompanhou aquela ocasião – Deputada Luzia de Paula sabe disso – viu que havia abuso de autoridade, invasão de casas. Deputado Agaciel Maia, este pequeninho aqui, este baixinho, que nem tamanho de gente tem, ia pessoalmente sozinho, sem precisar da polícia. V.Exa. se lembra disso. V.Exa. lembra o que eu enfrentei ali.

Então, eu lhe peço que nós possamos fazer o debate, porque, no sistema da jurisdição única, o Poder Judiciário decide. Ao decidir, o princípio do duplo grau de jurisdição nos dá direito – como dá direito, em casa, da mãe ao pai, do pai à mãe, do filho pedir – de ir à segunda instância. No Brasil, até há instâncias demais, eu diria. Nós podemos litigar com esse que defende a sociedade como substituto processual.

De maneira que, podendo fazer esse litígio, é dele que vem a marca fundamental do Estado de Direito. Não é censurando ou, digamos assim, desmerecendo ou desqualificando uma instituição, como fazem aqueles que devem à lei, que nós vamos resolver o problema.

Eu lutei tanto – V.Exa. lembra – pelo fim da tarifa básica de telefonia. Eu estou mostrando o meu exemplo para dizer o seguinte: existem pessoas que acham que, por eu ser advindo do Ministério Público, tenho algum tipo de privilégio ou facilidade. Ao contrário, eu sou o mais olhado na realidade.

Então, V.Exa. lembra daquela minha luta em que V.Exa. me ajudou contra a malfadada tarifa básica da telefonia. Começou aqui. Eram 180 mil ações, Deputado Agaciel Maia, no Brasil. Foi para São Paulo. Deputados de outros partidos, o Celso Russomano, que não era do nosso partido... V.Exa. sabe. Companheiros nossos do PT me levaram para a Bahia, para Santa Catarina, para Sergipe para fazer o debate. E nós perdemos no Supremo por 5 a 3. Nem por isso, nem por isso eu critiquei ou reduzi... Evidentemente disse: "Não concordo com a posição, tenho fundamento diverso". Do mesmo modo fiz quando o jornalista me ligou acerca da lei de autoria do Deputado Agaciel Maia. As vaias e os aplausos passam, o que não passa é o princípio. E é nele que temos que nos basear.

Então, Deputado Chico Vigilante, eu preciso dizer que V.Exa. tem razão não apenas quanto ao MP, mas a várias outras categorias, profissões importantes em que há excessos. Devem ser processados e punidos, com direito de defesa – *due process of law*, devido processo legal. Excessos, abusos, equívocos podem ocorrer



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

em todas. Onde houver uma ação, um trabalho, pode haver. Mas devem ser processados, deve haver órgãos que o façam. Nós precisamos fazer isso.

Nós precisamos de uma Procuradoria na Câmara, disse outro dia o Deputado Agaciel Maia, para fazer defesa. Lembro-me de que, quando da lei, eu fui ao Supremo Tribunal Federal. Na tarifa básica e na TV a cabo, eu fui ao Supremo, ao Procurador, eu fui ao Supremo, me desloquei, fiquei uma semana lá. Não sei se lembram que foi na primeira legislatura ainda. A Deputada Arlete Sampaio, o Deputado Chico Vigilante estavam aqui, Deputado Rôney Nemer também estava, não sei se lembra. Eu fui lá proceder àquela luta. Acabou que a Procuradoria nos defendeu. Quanto à primeira, a Anatel assumiu a luta; quanto à assinatura básica, e V.Exa. sabe, nos acabamos perdendo depois da juntada de 180 mil ações em todo o Brasil. Mas serviu!

Então, a minha impressão é a de que também se trata do problema da maturidade, do conhecimento do problema, do conhecimento dos problemas das pessoas. Agora, acho, de outro ângulo, que é uma vantagem não estarem sobre o pátio do Governo. É uma vantagem porque onde há o pátio do Governo... Eu sou daqueles que defendem ascensão a ministro do Supremo, a ministro de Tribunal Superior por antiguidade, como concurso para juízes lá embaixo, exatamente para que não se dependa de indicação política, para que o nomeado não fique obrigado a votar com o nomeante. Há mais independência do Ministério Público exatamente porque não é pago pelos cofres do Distrito Federal, é pago pela União. Isso ao contrário, Deputado Chico Vigilante, me permita, é uma qualidade.

Muito obrigado por V.Exa. me permitir fazer esse debate, já que é uma figura pública de experiência, há anos companheiro do Ministério Público.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu agradeço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Na realidade eu queria só me referir à estatura do Deputado Chico Leite, pois S.Exa. sempre faz referência a sua estatura.

Deputado Chico Leite, o brasileiro considerado mais inteligente de todos os tempos foi Rui Barbosa. Ele era bem menor que V.Exa. Certa vez, numa solenidade na Embaixada brasileira, no século passado, em Londres, quando ele chegou – os ingleses muito altos, parecidos com o Deputado Rôney Nemer, altos dos olhos claros, bonitos e tal –, e era baixinho, um sujeito disse: “Mas esse é o Rui Barbosa? Tão pequeno!”. Aí ele falou: “Olha, o homem se mede do bigode para cima”.

É isso, Deputado Chico Leite. A estatura não tem muito a ver. Rui Barbosa tinha razão quando disse que “o homem se mede do bigode para cima”, ou seja, se mede pela inteligência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Muito obrigado a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Eu quero dizer ao Deputado Agaciel Maia que espero que os altos possam ser também inteligentes. Eu me considero bastante inteligente.

Mas, Deputado Chico Vigilante, isso realmente é uma coisa que incomoda muito, mas muito pela postura da Casa. As leis são consideradas inconstitucionais, mas os argumentos utilizados pelo Ministério Público e pelo Judiciário para considerá-las inconstitucionais são frágeis. Não sou jurista, sou urbanista.

No caso dos alvarás de funcionamento, eu peguei todos os alvarás. Os que valem no Rio de Janeiro, lá a lei vale. Os que valem em Curitiba, valem em qualquer lugar, mas aqui não valem. Como é que, na favela, tem alvará de funcionamento, tem habite-se, se não há dominialidade da terra? Por uma questão social, cria-se um alvará social. Então, eu fiz toda uma tese, ou melhor, não eu, um grupo de arquitetos e engenheiros, todos da carreira de fiscalização a que pertencço. Fizemos reuniões extraexpediente e realizamos um trabalho.

Agora, tem muito a ver também com a postura. O Ministério Público é muito receptivo. Quando estive com o presidente da Agefis, o Ministério Público me deu um prazo de 10 dias para fechar as funerárias. Aí eu fui lá e disse ao Promotor: “Promotor, o Senhor já avisou a Deus? Porque não poderá morrer ninguém se fechar as funerárias”. Fizemos um TAC, fizemos umas normas, e o Ministério Público entendeu. Depois me pediram para arrancar todas as torres de celulares, que eram ilegais. Eu disse: “Vou começar pela da Polícia Federal, e, quando eles vierem para cima de mim, vou dizer que foi o Ministério Público”. Fizemos um TAC. O SIG da mesma sorte.

Todas as vezes em que estive no Poder Executivo, a minha relação com o Ministério Público foi muito boa, mas porque eles estão abertos à conversa. É lógico que em todo lugar tem gente boa e gente má. Desculpe-me. Infelizmente, em todos os lugares, em toda profissão há seres humanos – uns são abertos ao diálogo, outros acham que são donos da verdade. Lá não é diferente. Há pessoas que acham que estão acima do bem e do mal. Na política também há gente assim, como em qualquer lugar, seja político, seja arquiteto, seja dona de casa, seja radialista, seja jornalista. Tem gente que senta no rabo para falar do rabo alheio.

Agora, o mais importante é a gente ter um diálogo com o Ministério Público. Mas tem que ter firmeza. Vou dar um exemplo. A Lei das Filas, do Deputado Wilson Lima, foi considerada inconstitucional em todas as instâncias, e, na última, foi considerada constitucional. O que nós não podemos é ter uma Procuradoria passiva ou ser uma Casa passiva. Disseram no caso do PDOT: “Nós não podemos fazer emenda aqui no PDOT porque é via de origem”. Se não podemos, para que vem a esta Casa? Para falarmos amém? Não tem sentido.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

O que é importante é a forma como isso é feito. Há alguns excessos. Há excessos do lado de cá, há excessos do lado de lá, há excessos do Poder Executivo, há excessos de todos os lados. O que precisa, Deputado Chico Vigilante, e volto a dizer, é que a Mesa Diretora efetivamente tome uma postura. É necessário que tenhamos um debate, um enfrentamento – não uma guerra, porque ninguém quer guerra – no campo das ideias jurídicas para provarmos efetivamente que as coisas que estão sendo feitas são constitucionais. As que não forem constitucionais, não prosperarão nem na última instância.

Se na primeira instância já foi aceito, a gente não pode ficar quieto. Temos de reagir. As pessoas falam coisas absurdas sobre nós que estamos aqui na Casa. Eles não têm embasamento para falar, mas falam. E sabe que posição tomamos? Nenhuma. Quando digo nossa, estou me referindo à instituição, porque nós vamos passar. Daqui a dois anos e meio, com a eleição, não vamos estar aqui, muitos podem não estar, outros podem estar ou, mesmo antes da eleição, alguém pode morrer, viajar, mudar. Agora, a instituição tem que ser preservada. Não adianta achar que, quando um padre comete um equívoco, é a Igreja Católica que não presta! Não, é aquele ser humano. Quando um pastor comete um equívoco, não é a Igreja Evangélica não. Quando um político comete um equívoco, não é toda a classe. Não podemos generalizar, cair na banalização da generalização porque, senão, toda vez que um professor errar, toda vez que um jornalista errar, toda vez que um policial errar, a gente vai querer generalizar.

O que precisa, Deputado Chico Vigilante, é esta Casa tomar uma postura. Ela tem profissionais competentes na sua Procuradoria. Basta cobrar, basta ter postura, ir ao Ministério Público e dizer: “Foi considerada inconstitucional? Vamos embora. Entra daí que nós entramos de cá, vamos defender”. No final, o Supremo vai tomar uma decisão. Antes, com a minha pouca inteligência de pessoa alta, Deputado Agaciel Maia, não sou advogado, achava que o Supremo tinha uma decisão coesa de tudo. Quando vi aquela história da Ficha Limpa, vi que nem lá eles estão se entendendo.

Então, não existe verdade absoluta, ninguém é dono da verdade. Vou dizer, para finalizar, que, quando eu era Secretário de Obras, o Ministério Público não deixou, recomendou, entrou com uma ação para eu não colocar esgoto no Sol Nascente. Como fazer para resolver? O que eu fiz? Eu tinha muita gente no Sol Nascente, amigos; eu ia muito a reuniões lá. Havia muita gente, muita criança com hepatite, porque a fossa estava do lado da cisterna e a água estava contaminada. Daí, tive uma ideia e fui ao HRT, fui ao HRC, peguei todos os laudos do pessoal do Sol Nascente – crianças e adultos que estavam contaminados pela água, pegando hepatite – e levei ao Ministério Público dizendo a eles que, apesar de se tratar de uma ocupação irregular, a instalação de esgoto era uma questão de vida. Fizemos um TAC e colocamos esgoto lá. Basta ter argumentos. Essa é a grande realidade.

Agora, como disse o Deputado Chico Leite, eles estão desempenhando o papel deles: de questionar, de criticar. Há um excesso? Há. Muito até. Mas é preciso que,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

efetivamente, a gente se posicione. Esta Casa, como instituição, como Poder do Distrito Federal – seja cidade, seja estado –, deve se impor. Obrigado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o aparte de V.Exa.

Quero concluir, Deputado Chico Leite, dizendo que é impossível administrar o Distrito Federal com essa situação estabelecida. Ou se faz um debate sério no Distrito Federal, em que o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Ministério Público do Distrito Federal cheguem à conclusão de que precisamos salvar Brasília, que não dá para aquelas pessoas ficarem vivendo na situação em que estão... Também não podemos assistir à nossa queda vertiginosa da arrecadação. Está caindo a arrecadação do Distrito Federal, em função das medidas que são tomadas em outros estados e que não têm a mesma recepção aqui.

Quando esta Casa tenta legislar, vão lá e barram. O Deputado Rôney Nemer tem razão: precisamos fazer com que a Procuradoria Jurídica da nossa Casa Legislativa funcione. Precisamos fazer isso. Todas as Casas legislativas... Deputado Agaciel Maia, V.Exa. que tem a experiência do Senado, sabe que os procuradores, lá, são respeitados. Os procuradores da Câmara dos Deputados têm posicionamento. E os procuradores da Câmara Legislativa, que são técnicos, juristas competentes, precisam se posicionar também.

Por último, quero parabenizar a nossa querida Presidenta Dilma Rousseff pela decisão, tomada no dia hoje, de chamar o PRB, que foi o primeiro partido a apoiar a campanha de S.Exa., na pessoa, ainda, do Vice-Presidente José Alencar, a integrar um ministério dela. Foi nomeado, a partir de hoje, um homem da mais alta dignidade, o Senador Crivella, que assume, a partir do dia de hoje, o Ministério da Pesca. Portanto, está de parabéns a Presidenta Dilma por reconhecer a importância que o PRB tem para compor o seu Governo. Isso dá uma demonstração maior ainda de unidade daqueles partidos que ajudaram, efetivamente, nas eleições. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, peço aos Líderes que tentem respeitar ao máximo o tempo.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PSL/PTC/PMDB/PPL/PT do B. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente em exercício, Deputado Olair Francisco, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje à tarde, visitei a nossa Secretaria de Comunicação Social, nossa Coordenadoria.

Sabemos, Deputada Arlete Sampaio, que a atuação parlamentar se sustenta em duas vigas. A primeira delas é a informação, que é a matéria-prima do trabalho parlamentar. É a qualidade da informação que permite ao parlamentar fazer um bom discurso sobre uma política pública: seja educação, saúde ou transporte. É a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

qualidade da informação que permite que o parlamentar faça um bom projeto de lei a respeito de qualquer política pública.

A segunda, fundamental, imprescindível para a sobrevivência do parlamentar e até mesmo para fornecer à população instrumentos de avaliação da atuação de cada um de nós, é a comunicação. Então, é informação e comunicação.

Digo isso porque participamos – no Senado, primeiramente – da criação do jornal noticioso, além do jornal oficial, que, na realidade, traz as atas das sessões da Casa. Precisamos de um jornal noticioso que seja distribuído nas administrações regionais, que seja distribuído nos órgãos de classe, para fazermos um enfrentamento com informação precisa, sem criar nada, a fim de que a população saiba o que está acontecendo dentro da Câmara Legislativa.

É preciso que se crie uma agência que tenha condições de fornecer informações para os blogues, principalmente, para os jornais comunitários e blogues, que hoje são a grande força. Apesar de a maioria das pessoas não darem valor a eles na hora da distribuição do dinheiro da publicidade, não darem valor à pequena imprensa, como é chamada, ou de ainda não acordarmos em dizer que a informação eletrônica dos blogues é uma realidade, ela cada vez mais assume um papel muito mais abrangente no dia a dia.

A Câmara, este ano, tem uma verba de publicidade de 35 milhões e o Executivo tem uma verba de publicidade de 166 milhões. Então, há um total de 202 milhões, que o GDF e a Câmara gastarão com publicidade, em 2012. É isso que está no nosso orçamento. Então, é lógico que é necessário também que seja valorizada não só a área de comunicação daqui, mas também a pequena imprensa. Não adianta pegar esse bolo e distribuí-lo só para os grandes veículos de comunicação. Tem que haver uma proporcionalidade entre a importância de um, a circulação, a influência que cada órgão tem, mas é necessário também que se dê vida a esses jornais comunitários. Por exemplo, dentro da Estrutural, chegam poucos jornais grandes, mas há os jornais pequenos.

A nossa área de comunicação está atrofiada, Deputado Dr. Michel e Deputado Olair Francisco, que são membros da Mesa Diretora. Ela é uma área de comunicação praticamente incipiente. Não há uma estrutura. Nós não temos comunicação. Jornal nenhum vai ficar falando bem de Deputado. Ele pode fazer milagre aqui. A única comunicação que o Deputado tem hoje é a utilização da verba indenizatória para produzir um jornalzinho seu e distribuí-lo, principalmente, na Rodoviária, onde sei que muitos distribuem. Se houver alguma coisa de São Sebastião, no ônibus que vai para São Sebastião. Se for coisa da Ceilândia, no ônibus que vai para a Ceilândia. Esse é o único instrumento que temos, além do *site* da Câmara Legislativa.

A Câmara Legislativa devolveu – isto deveria ser alardeado como uma grande economia – 110 milhões de reais, Deputada Arlete Sampaio, no ano passado, para o Executivo. E aí? Gastamos 30 milhões com publicidade, no final do ano. A



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

publicidade foi bonita, mas tudo virou pó, porque não temos periodicidade nem continuidade na nossa comunicação. Só teremos isso com a área de comunicação da Câmara, com a rádio, a Rádio Câmara Legislativa, TV Câmara Legislativa, Agência Câmara Legislativa, e o jornal noticioso Câmara Legislativa. Afinal de contas, já temos pequenos municípios cuja Câmara de Vereadores tem uma Televisão. Depois da TV Senado, que foi a primeira TV legislativa da América Latina, hoje, praticamente, há mais de cinquenta TVs legislativas no Brasil todo. A prefeitura de Natal está lá, você chega e assiste aos vereadores. E aqui é a capital! Estamos na Câmara Legislativa e não temos uma comunicação!

Há aqui dois membros da Mesa, e eu gostaria que fosse elaborado um projeto para que tenhamos, Deputada Arlete Sampaio, o sistema de comunicação do Legislativo. No Senado, surgiu porque tínhamos os dois Parlamentares mais brilhantes, que eram Jarbas Passarinho e Paulo Brossard. Eram os discursos mais bonitos, aquelas discussões davam vida na época da ditadura, um defendendo e outro atacando, em 1980 e 1981. E ambos, que eram considerados os melhores Parlamentares, perderam suas eleições porque não adianta morrer de trabalhar sem a população saber. A população vai ter sempre ciência de alguma coisa errada, conforme o Deputado Rôney Nemer falou. É aquela história: mil aviões podem levantar por hora e não é notícia, mas se um der defeito ou cair, é notícia. Então, é necessário que a Mesa Diretora ...

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão do orador.) – Se ainda falassem apenas o que a gente faz de negativo, tudo bem, mas falam até o que a gente não faz, não fala e não propõe.

Fui surpreendida hoje por um noticiário que dizia que eu não pretendo mais me candidatar, que vou sair da política porque perdi o 14º e o 15º. Chega a ser hilário, mas para quem vive de imagem isso faz diferença. Muitas pessoas que acompanham o seu trabalho às vezes falam: "Vou deixar de acompanhar, vou acompanhar outro porque ela não vai mais se candidatar." Isso aconteceu comigo, com o Deputado Siqueira Campos e com o Deputado Rôney Nemer hoje.

A gente entende até aquilo que é colocado em cores mais fortes na imprensa, mas aquilo que é fabricado pelo mal é difícil de entender.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Na realidade, a TV Câmara Legislativa, Deputado Washington Mesquita, acaba exatamente com a versão dos fatos. A partir do momento em que você transmite para a população tudo o que acontece aqui em tempo real, não existe mais a versão.

Então uma notícia mentirosa como essa da Deputada Eliana Pedrosa não prosperaria nem ninguém colocaria, pois as editorias todas teriam TV Câmara Legislativa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão do orador.) – Quero agradecer pelo aparte, Deputado Agaciel Maia, e quero manifestar minha concordância com a sua fala.

Acho que é imprescindível – e no mandato em que estive aqui nesta Casa havia uma TV legislativa – que ela volte a existir porque as pessoas acompanham a gente. Cada um de nós vai ter muito mais cuidado com a dimensão das palavras porque está registrado. Então penso que é muito importante que a população possa acompanhar o nosso trabalho com todo mecanismo que se disponha a divulgar as ações do Parlamento. A Câmara Legislativa tem que ter a sua TV, tem que ter, sim, a sua rádio, todos os meios de comunicação para dizer ao povo o que fazemos.

Quando deixamos de fazer isso entramos no debate rasteiro de que esta Casa não vale a pena existir. Quando demonstramos que aqui aprovamos projetos de lei que contribuem para reduzir o IPTU, o IPVA, que contribuem para melhorar a vida da população, a população começa a enxergar o que esta Casa faz para melhorar a sua vida.

Então quero concordar com V.Exa. e quero pedir aos membros da Mesa que estão presentes, nosso companheiro Deputado Olair Francisco, nosso Deputado Dr. Michel, que possamos de fato fazer esse debate e agilizar, porque nos foi dito pelo Presidente da Casa que em alguns dias, doze dias me parece, seria iniciada novamente a TV legislativa, e isso ainda não aconteceu.

Espero que tenhamos muito rapidamente esse instrumento para que a população possa nos acompanhar, possa ouvir o que V.Exa. pensa, possa ouvir o que o Deputado Olair Francisco pensa, o que eu penso, o que os outros Deputados pensam e falam aqui. É fundamental que cobremos isso para que realmente aconteça. Para nós, que somos pessoas públicas, isso tem um papel relevante para que a população nos conheça de fato.

Muito obrigada.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço os apartes de V.Exa. e da Deputada Eliana Pedrosa.

O mais importante de todo esse processo é que damos um instrumento para que a população nos avalie. É um instrumento democrático, pois a população vai acompanhar o dia a dia do nosso trabalho e na hora de votar vai dizer: “Não voto nesse Deputado por isso, porque ele defende a tese tal, porque ele apresentou esse projeto assim, assado, ou eu voto nele porque eu gostei da atuação parlamentar dele”.

Então, é um instrumento que a população de Brasília tem, para avaliar cada um de nós. É fundamental. Nós temos orçamento, a maior dificuldade que se tem para implantar sistema de comunicação é falta de dinheiro. Nós temos orçamento,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

precisamos apenas que os nossos colegas da Mesa Diretora – eu sei que estão empenhados nisso – tirem esse projeto, ou seja, tirem esse avião do chão, botem ele para voar, porque no início tivemos muitas dificuldades, Deputado Dr. Charles, para implantar a primeira televisão legislativa da América Latina, apanhamos muito da mídia, mas hoje a TV Senado ninguém questiona, pelo contrário, a preocupação agora é com a audiência.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, quero parabenizar V.Exa. pelo tema que traz nessa tarde, na Câmara Legislativa.

Entendo que a democracia não poderia existir, subsistir sem a liberdade de imprensa. Sempre fui a favor da liberdade de imprensa, pois a imprensa tem um papel fundamental na história do nosso País, na história recente da nossa cidade. É preciso que, realmente, ela acompanhe e fiscalize as ações do Executivo, as ações do Legislativo, do Judiciário, de todas as instâncias superiores.

A sociedade brasileira em si, os nossos eleitores, não podem ficar sabendo das informações da Câmara apenas através da imprensa. A imprensa vai pautar alguns pontos, alguns tópicos que ela acha que é o que deve ser divulgado – e é o papel dela –, mas o trabalho cotidiano e diário da Câmara Legislativa não está chegando à sociedade de Brasília. Já se passou um ano. Por exemplo: hoje, pela manhã, na reunião da Comissão de Assuntos Sociais, a Deputada Luzia de Paula estava presente, nós deliberamos por quase duas horas, debatemos assuntos importantes, analisamos projetos, as indicações que estavam ali.

Então, é preciso que, realmente, a sociedade saiba o que os Parlamentares têm feito, porque eu sempre tenho testemunhado – como é o caso de V.Exa., da Deputada Eliana Pedrosa, dos Deputados Olair Francisco, Rôney Nemer, Prof. Israel Batista, Dr. Michel, Dr. Charles, das Deputadas Arlete Sampaio, Celina Leão –, nós temos trabalhado constante e incansavelmente. O trabalho aqui é diuturno. Conforme eu disse ontem em meu pronunciamento, quase todos os Deputados chegam aqui na segunda-feira às 8 horas da manhã, vão até as 18 horas, 19 horas, e é assim de segunda-feira à sexta-feira. E sábado e domingo estamos nos cruzando nas ruas, nas feiras, nos eventos, nos movimentos. E o povo não fica sabendo. A verba indenizatória que nós temos, que está sendo aplicada, é muito pouca para se confeccionar, por exemplo, 100 mil folhetos, para dar manutenção com categoria e com qualidade no portal que cada Parlamentar tem, em nosso trabalho cotidiano e diário.

Ontem fiquei muito feliz com a cena que poucas pessoas perceberam aqui durante o Plenário: tive a satisfação de perceber – porque ela senta ao meu lado, Deputada Celina Leão – que parte da sessão de ontem estava sendo transmitida na íntegra pelo seu portal, através de uma funcionária que filmava, jogava em um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

sistema, ela recebia no *Ipad*, todos os funcionários dela no gabinete e os eleitores dela que a acompanham através do portal. Bacana aquilo. E aquilo ali fez reacender esse tema que V.Exa. traz aqui, porque, já que nós temos dinheiro – e temos muito –, já que foi devolvido mais de R\$ 100 milhões, que é o recurso da Câmara Legislativa para o Executivo –, é para ser aplicado em informação.

A partir do momento em que for implantada a TV Legislativa – e não digo só a TV, a Rádio Legislativa –, a sociedade vai saber o que cada Parlamentar tem feito nesta Casa, quais são os suas propostas, suas ações, seu trabalho, o que ele pretende, o que ele está defendendo, porque aí sim, seremos julgados de uma maneira coerente, porque vão passar por um julgamento aqueles que pleitearem um cargo eletivo em 2014.

Creio que cada um aqui tem um projeto, um projeto de reeleição, um projeto à Câmara e ao Senado Federal e, quem sabe ao Governo. Agora, como vamos chegar a 2014 se as nossas ações, os nossos comportamentos e atitudes, as matérias aprovadas aqui – não foram poucas no ano de 2011 – não chegarem de forma alusiva e transparente à sociedade? Hoje, quando encontro meus eleitores na rua, eles me perguntam: “O que você anda fazendo na Câmara Legislativa?” Eu tenho que falar o que eu não posso fazer. Mas o que eu faço no dia a dia, a cada momento, infelizmente não está chegando a ele.

Portanto, gostaria de parabenizar V.Exa. por esse tema relevante, e fico feliz que esse tema tenha sido abordado por V.Exa., já que V.Exa. teve uma participação profícua na *TV Senado*. Particularmente, acompanho diariamente a TV do Senado e a da Câmara Federal, pois as considero um instrumento muito valioso, que mostram o que está sendo votado e proposto para o nosso País. É até um aprendizado para mim, que estou no segundo ano como deputado distrital. Meus parabéns.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte do Deputado Washington Mesquita.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora) – Deputado Agaciel Maia, esse tema é muito importante, até porque falamos muito sobre a questão da mídia positiva e da mídia negativa e há uma confusão na cabeça do eleitor de que trabalhamos três dias por semana: nas terças, quartas e quintas-feiras, no horário de plenário. Eu acho que a produção legislativa, a função legiferante do Parlamentar talvez seja, dentro do mandato, a que menos tenha ação. Por quê? Porque nós não vamos produzir uma lei por dia. A sociedade está saturada de leis. Precisamos é do cumprimento das leis que já existem! Temos muitas leis, leis enormes e que cada dia podem ser melhoradas. Agora, a função de representar, de fiscalizar, demanda tempo. Ontem, Deputado Agaciel Maia, saímos desta Casa e fomos para a discussão do aterro em Samambaia, saímos de lá à meia-noite.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Então, o que deixa alguns parlamentares indignados é a forma da colocação. É como se houvesse doze dias de ausência de votação e como se todo mundo estivesse num carnaval. E isso não é verdade, porque sabemos que podemos não ter votado os projetos... E existe uma pressão enorme para votarmos o PDOT. Eu já quero deixar claro que a Oposição, pelo menos o meu posicionamento, não vai votar o PDOT de qualquer jeito. O PDOT é um projeto importante, que precisa ser debatido em audiência pública, precisa ser discutido. Já há informações de que o Ministério Público não deseja que o projeto seja votado da forma como está.

Então, o ritmo desta Casa não pode ser imposto pela mídia. O ritmo deve ser ditado conforme a consciência de cada Parlamentar de acordo com aquilo que está fazendo. E eu acho que ela tem que prestar um papel importante que é o de divulgar as ações parlamentares, que é a ação executada por cada Parlamentar nos vários locais.

Quero até agradecer o Deputado Washington pela citação da TV, a gente brinca que é TV Leão, mas que está fazendo um trabalho de divulgação importante. Ontem, quando caiu o *twitter*, as pessoas ligavam dizendo: "A TV caiu!" Elas querem acompanhar. Porque há uma população que quer acompanhar as votações desta Casa. Deputado Agaciel Maia, V.Exa. teve condição de quebrar um paradigma em uma época e colocar uma televisão naquele Senado, onde ninguém aceitava. Acho que estamos em um momento de quebrar paradigmas aqui também.

O primeiro paradigma que temos de quebrar nesta Casa é o preconceito que a mídia tem contra parlamentar. Esta Câmara deu exemplo de muita coisa. Desde o ano passado para cá, acho que fizemos muita coisa bacana, positiva. Melhoramos todos os projetos do Executivo, fizemos uma unidade entre base e oposição para votar tudo o que era bom para esta cidade. E esse é um segundo item que precisa ser derrubado e quebrado e ter o reconhecimento, não do trabalho político, de voto do Parlamentar, mas do trabalho da instituição, da Casa Legislativa. Eu quero saber quem é que ganha quando se denigre a imagem de um parlamentar ou de uma instituição como a Câmara Legislativa. Eu quero saber se há algum jornalista que talvez queira ser candidato, alguma pessoa que redige o editorial e quer ser candidato a deputado distrital nas próximas eleições, porque colocou todo mundo como se fosse bandido. A palavra usada foi escárnio, não foi outra palavra, Deputado. Esta Casa tem de se fazer ser respeitada, sim, até porque, se estamos aqui, ninguém está de enxerido, a população do Distrito Federal nos escolheu e vai nos referendar novamente ou nos reprovar nas próximas eleições.

Agora, acho que esse debate é amplo e precisamos amadurecer as ideias. É preciso mostrar o que está sendo feito de bom, porque tem muita coisa boa sendo feita. Nós não percebemos, Deputado Agaciel Maia, a mídia grande não acompanha uma votação da CCJ, da CEOF. Raramente estão aqui presenciando as audiências, só quando há algum tema polêmico. Queremos uma imprensa livre, uma imprensa que tenha o direito de falar mal quando seja verdade, mas queremos uma imprensa que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

participe conosco das vitórias da Câmara Legislativa, que não são poucas, são várias. Nós temos derrotas também porque o meio político é feito de vitórias e de derrotas.

Eu quero parabenizar V.Exa. pela fala e dizer que é um momento importante. Há pessoas que falam que a Câmara mudou de posicionamento. Em nenhum momento, a Câmara mudou de posicionamento, ela abriu mão de algo que era importante para si em razão do apelo popular. Isso é demonstração de maturidade, de democracia e de sabermos que realmente representamos a vontade do povo.

Era só essa a minha colocação, Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu agradeço o aparte de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Deputado Agaciel Maia, eu sou sabedor de que, pelo Regimento, o tempo está avançado, mas eu não poderia deixar de fazer uma intervenção no seu pronunciamento por dois motivos.

Primeiro, porque ontem, quando fiz um comentário ali com um amigo, eu falei: “Olha, vamos fazer uma TV juntos, porque eu estou querendo virar *on-line* na matéria, porque *on-line* nós já estamos.” Aí, alguém ouviu. Aí, alguém tuitou para mim: “Olair, em vez de você fazer a televisão junto com a Deputada, você trabalhe para que a nossa televisão – a televisão da Câmara – entre no ar.” Eu falei que esta era também uma proposta da Mesa Diretora. E, aí, Deputado Dr. Charles, explodiu. A pessoa que tuitou para mim ficou retuitando – porque esse negócio é assim, na internet há um ti-ti-ti danado. Eu tenho certeza de que, se vocês acompanharem *on-line* as taxas de vocês, vocês vão ter lá também esse pedido para que a Câmara Distrital coloque a *TV Distrital* para funcionar.

Então, é um clamor também popular. Já que nós ouvimos muito as bases, de fato temos que nos unir à Mesa Diretora, da qual eu e o Deputado Dr. Michel somos membros, para que coloquemos para funcionar o mais rápido possível, ainda neste primeiro semestre.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu agradeço a intervenção de V.Exa., apesar de dos 20 minutos ter usado 12, o restante foi aparte.

Quero concluir, dizendo, Deputado Robério Negreiros, que estou fazendo uma defesa veemente de fortalecimento da área de comunicação da Câmara Legislativa, porque só vamos ter o reconhecimento como instituição de importância fundamental para a democracia e para a exigência da população; como órgão de equilíbrio entre os Três Poderes; e como órgão fiscalizador do Executivo, a partir do momento em que fizermos uma área de comunicação decente na Câmara Legislativa. Nós não podemos ouvir constantemente, conforme falou a Deputada Eliana Pedrosa, a versão dos fatos. Sai que S.Exa. está desistindo da campanha, mas, se estivesse a *TV Câmara* presente naquela sessão de ontem, S.Exa. não precisaria nem fazer esse desmentido. Toda a população de Brasília que tivesse acompanhado saberia que essa versão não era verídica.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

DEPUTADO DR. CHARLES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, realmente não entendemos determinadas coisas. Se a Câmara Legislativa tem o recurso, se temos dinheiro, se os Parlamentares querem, se a população deseja, o que está faltando para que se comece logo isso, Deputado? Então, vamos conversar melhor para que possamos colocar, porque acho muito justo e muito necessário que isso aconteça.

Então, quero parabenizá-lo por ter tocado nessa questão que todos nós queremos há muito tempo.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu confio muito no Presidente Patrício, no Deputado Dr. Michel, no Deputado Olair Francisco, no Deputado Joe Valle e no Deputado Aylton Gomes, que são os membros da Comissão Diretora.

Nós sabemos que é necessário ter todos os cuidados com o processo licitatório, mas nós já temos editais, essas TVs públicas já vêm... Por exemplo, a TV do Supremo. Será que, se adaptarmos um edital do Supremo, sofreremos algum questionamento? Acredito que não. Se fosse uma coisa pioneira, um enfrentamento pioneiro, tudo bem, mas já estamos com tudo pronto, falta apenas colocar esse instrumento para que a população de Brasília possa avaliar o trabalho de cada um dos Deputados Distritais aqui presentes.

Agradeço a tolerância do Presidente Deputado Olair Francisco e a todos. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO DR. CHARLES (Bloco Trabalhista, Democrático, Progressista e Republicano. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Olair Francisco, Sras. e Srs. Parlamentares, imprensa em geral, o assunto que me traz aqui eu ia abordar ontem, mas estava um pouquinho tumultuado e não foi possível fazê-lo.

Nós que somos daquela área – V.Exa., Deputado Olair Francisco, e o Deputado Washington Mesquita também – devemos saber que, há alguns anos, nós trabalhamos muito para que pudesse ser implantado um parque em Taguatinga, um parque com uma área de 1,3 milhão metros quadrados. E, às vezes, corremos risco de vida, com aqueles que queriam invadir, aqueles que queriam construir alguns espigões lá. Nós não deixamos e conseguimos manter aquela área. Nós conseguimos fazer um parque para dar qualidade de vida a todas as pessoas de lá.

Passam por aquele parque mais ou menos 4.500 pessoas nos fins de semana. Melhorou muito a vida das pessoas de Taguatinga e das adjacências. Mas, em um lugar que era para melhorar muito a vida das pessoas, nós estamos tendo um problema. Eu moro ali perto, os moradores também me procuram para dizer: na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

semana passada mataram um garoto lá; nesta semana, outra vez – mataram outra pessoa. Ora, gente, não é possível que isso esteja acontecendo. E nos fins de semana, aos sábados, reúnem-se muitos jovens lá para beber, tocar aquelas músicas altas, quiçá usar drogas também. Eu não sou contrário ao divertimento, não. Pelo contrário, eu acho que nós temos que dar opção para o jovem, para as pessoas. Mas não pode acontecer daquela maneira lá de Taguatinga, de dentro daquele parque.

Foi tomada uma medida recentemente, pelo Administrador, e eu quero até dizer que o Administrador não tem culpa. O Jales trabalha muito bem, é uma indicação do Deputado Washington Mesquita. Não tem como fazer, como ele vai fazer sozinho? Então, eu apelo realmente ao comandante da área para que tome uma medida simples, como foi tomada e melhorou, que é colocar uma corrente naquele estacionamento depois de determinada hora, não é, Deputado Washington Mesquita? Melhorou muito.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. CHARLES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PSD. Sem revisão do orador.) – Deputado Dr. Charles, quero reiterar primeiramente o respeito e o carinho que tenho por V.Exa. Antes de eu ser Parlamentar, V.Exa. já estava nesta Casa, um morador de Taguatinga. Considero V.Exa. um grande morador de Taguatinga porque tem um compromisso com aquela cidade, lutou não só pela saúde, mas também pelo desenvolvimento de Taguatinga. Taguatinga viveu momentos de glória durante aquele período de quatro anos em que V.Exa. foi Parlamentar e volta a viver também, porque agora nós vamos unir as forças – eu, V.Exa, o Deputado Benedito Domingos, o Deputado Olair Francisco, que também é muito próximo de Taguatinga – para que possamos resolver todas as questões que existem na nossa cidade.

O Taguaparque é uma área belíssima. O Taguaparque foi constituído, e V.Exa. teve uma participação direta, essencial para a sua consolidação. Taguatinga lhe deve isso, Taguatinga tem que reconhecer – não só Taguatinga, como Vicente Pires e adjacências. O Taguaparque é um parque da família, não deve ser um parque dos bandidos, ladrões, traficantes e outras coisas mais. Esses são fatos que V.Exa. traz aqui e relata, mas constantemente temos nos deparado com outras situações. É um som em uma altura tremenda, pessoas sendo assaltadas, distribuição de droga, bebedeira, orgias e algo mais.

Preocupados com isso, nós nos reunimos com o comandante da Polícia Militar, Coronel Luís Alexandre, e com os delegados de Taguatinga – e aqui quero reiterar também a ação e a participação do Administrador Dirsomar junto com o Sr. Carneiro e todo o seu efetivo – para que possamos coibir e exterminar de uma vez por todas essas ações delinquentes que estão acontecendo no Taguaparque. Mas tem que haver uma participação do Estado. Hoje pela manhã, antes de entrar para a Comissão de Assuntos Sociais, eu liguei para o Secretário Sandro Avelar e conversamos bastante sobre isso. Pedi ao Coronel Luís Alexandre que, com os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

delegados de Taguatinga e Vicente Pires, faça ações constantes e permanentes naquele local. A questão da corrente, que V.Exa. coloca aqui, vai ser implantada, mas tem de haver um policiamento ostensivo diário ali para que venha realmente a coibir aqueles fatos.

Então, vejo que é o momento aqui. Engrosso o coro de V.Exa., as suas palavras, para que a gente possa trabalhar, porque a situação está ficando crítica. Hoje acontece durante o período da noite, durante as madrugadas; daqui a uns dias as milhares de pessoas que passam ali todos os dias, todas as semanas, não vão ter o direito de fazer a sua caminhada, praticar os seus exercícios, andar de bicicleta.

O Taguaparque hoje se tornou um referencial não só para Brasília, mas para o Brasil e para o mundo. Vou explicar por quê. Vai acontecer agora, segundo a vontade de Deus e não a vontade humana, pela interferência divina e não pela interferência humana, o segundo Pentecostes no Taguaparque. No primeiro ano houve um embate muito grande. Eu quero agradecer ao Governador Agnelo, ao Administrador Sabino, ao Dr. Daniel de Castro, ao Deputado Chico Vigilante, aqui presente, que nos ajudaram bastante na questão do Pentecostes do ano passado, e foi um sucesso total. As pessoas falavam que iam arrancar as árvores e depredar o parque, mas, pelo contrário, nós entregamos o parque melhor do que recebemos, pela infraestrutura que foi feita dentro dele. Hoje ele se torna um espaço para o lazer, para a prática esportiva, para o convívio familiar – o que deve ser –, mas tornou-se um espaço também para evangelização. Neste ano a Deputada Celina Leão também deve chegar lá com um movimento que vai muito enobrecer e engrandecer aquela região. Então, estamos levando a palavra de Deus para ser anunciada, para mostrar para esses jovens que existe outro caminho. Que o melhor caminho não é o da delinquência, não é o das drogas, das orgias, mas o da felicidade, que o melhor caminho é o caminho da razão.

Esse evento será transmitido para Brasília, para o Brasil e para o mundo através do Sistema de Comunicação Renascidos em Pentecostes. Estamos chamando também a *TV Canção Nova* para participar desse evento. Então, a contribuição nós estamos dando, e não é mérito do Deputado Washington Mesquita, nem quero para mim, que não sou merecedor, porque o evento não me pertence. O evento pertence à Igreja Católica, à comunidade de São Pedro, a Brasília, eu só dou uma contribuição. Como também neste ano eu conto com a sua participação valorosa. V.Exa. é um cristão ferrenho, atuante junto à comunidade do padre Dercílio.

Enfim, eu quero aqui me somar a V.Exa., estender as minhas mãos para V.Exa., chamando os outros Parlamentares, porque a situação dentro do Taguaparque é crítica, um caso de Estado. E nós temos de acabar. Não faltará o meu empenho, como o de V.Exa., do Deputado Benedito Domingos, junto da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Secretaria de Segurança Pública, para que a gente possa trazer a normalidade àquela região belíssima, àquele parque pelo qual V.Exa. tem tanto lutado.

Parabéns por sua colocação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

DEPUTADO DR. CHARLES – Agradeço o aparte do Deputado Washington Mesquita.

Eu queria dizer, Deputado, que V.Exa. conhece muito bem aquela área, sabe realmente quão bonito tem ficado lá, e não podemos deixar acontecer esse tipo de coisa. Solicito que V.Exa. mande um abraço muito grande ao pessoal da sua comunidade, a de São Pedro, ao Padre Moacir, que tem feito um trabalho belíssimo, não só em Taguatinga, mas em Brasília toda e fora de Brasília.

O outro assunto que me traz aqui eu acho que é mais polêmico ainda: é sobre aquele policial militar que ontem deu um tiro numa jovem lá em Ceilândia. Foi uma coisa que eu achei uma coincidência meio estranha: hoje eu sou Presidente da Comissão de Segurança e ocorre na minha família uma questão muito ruim, muito triste. A gente acha que não acontece com a gente. Esse policial militar, fora de serviço, deu vários tiros contra a população, e encontrava-se naquele momento a filha de uma prima minha. Acertou na cabeça dessa menina. Uma menina jovem com muito por viver, com um filho de 12 anos. Aí eu pergunto: o que é que o Estado vai fazer agora? Eu nem digo quanto à questão financeira, não. Eu digo quanto à questão psicológica de uma criança de 12 anos que sofreu um trauma dessa magnitude com um assassinato brutal – bobo e ao mesmo tempo brutal.

Eu acho a Polícia Militar do Distrito Federal uma instituição do maior respeito, de homens altamente preparados. Tenho muito amigos dentro da Polícia Militar do Distrito Federal, mas, às vezes, há profissionais que realmente têm de melhorar muito para ficar razoáveis. Por que um homem desse armado, fora de serviço, bebeu – usou uma droga lícita, mas poderia ser também uma droga qualquer que ele tivesse usado – com uma arma em punho? Como um profissional desse vira para a população, vira para um monte de gente e dá um tiro no rumo dessas pessoas? Obviamente iria acertar alguém.

Aí eu tenho o entendimento de que o militar, o Policial Civil precisa da arma dele qualquer hora, 24 horas por dia, como diz uma lei federal de que me falava o Deputado Dr. Michel, que conhece muito bem essa área e que trabalhou por muitos anos. Eu fui R2, fui um tenente e jamais aponteí uma arma que colocasse alguém em risco. Eu sei do perigo que é portar uma arma.

Então, eu começo a questionar, porque está começando a ficar corriqueiro o fato de as pessoas darem tiros nas outras, de agentes do Estado fazerem uma coisa dessas.

(Assume a Presidência o Deputado Dr. Michel.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. CHARLES – Ouço o aparte de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Eu quero me solidarizar a V.Exa. porque perder um ente querido é sempre muito doloroso. E quero parabenizar V.Exa. também pelo elogio que fez à gloriosa e briosa Polícia Militar, da qual sou oriundo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

também. E quero crer que isso tenha sido um fato isolado de um policial desastrado que praticou um fato que nós não temos nem como qualificar. Mas eu acho que nós, aqui nesta Casa, deveríamos acompanhar esse fato. Não pela Polícia Militar porque a Polícia Militar do Distrito Federal, se não for a melhor, está entre as melhores polícias que nós temos no Brasil. Mas um fato como esse, nós, como parlamentares, temos que acompanhar para saber qual será o desfecho dessa situação. Não querendo aqui fazer alguma ilação de que se pode passar a mão na cabeça ou não. Não é para isso. É para que possamos dar uma satisfação à sociedade. Apesar de o fato ter ocorrido dentro da família de um Parlamentar, não é menos e nem mais importante do que na família de qualquer outro, pois, se aconteceu lá, poderia ter acontecido na família de qualquer outro, e a sociedade nos cobra isso.

Nós temos de começar a ver tudo e todos para podermos distinguir o joio do trigo porque a imagem da Polícia Militar não pode ser afetada. E aí eu queria que, como V.Exa. teve muita complacência em falar sobre um fato como esse, não só o senhor, mas também nós e a mídia não deixássemos achincalhar-se a Polícia Militar, porque, quando a gente lê, a gente lê "policial militar". Não é um policial militar; é um bruto, é um animal que pertence à Polícia Militar, porque eu garanto, pelo que eu conheço dos comandantes e dos praças – e eu trabalhei com os praças – nenhum praça coaduna com o que aconteceu ali. Os primeiros a irem contra uma situação como essa são os próprios pares, porque o policial é corporativista, mas não é corporativismo podre, não. Nós, na polícia, não aceitamos esse tipo de coisa. Foi uma vida que foi ceifada. Foi uma vida que saiu do nosso convívio por uma imbecilidade de um integrante da corporação Polícia Militar que fez essa loucura, essa insanidade.

Eu também faço parte da Comissão de Segurança e, se o senhor precisar, não como parente, mas como Parlamentar e integrante da Comissão de Segurança, fazemos uma visita ao comandante da Polícia Militar, chamemos a Comissão de Segurança para fazermos uma visita, não para cobrarmos diretamente do comandante, mas para levarmos a ele a indignação da sociedade sobre o fato ali acontecido. Se, como diz o grande mestre aqui da Casa, jurista, Deputado Chico Leite, a nossa situação aqui não é de profissão e sim de representação, e a comunidade está indignada com um fato dessa magnitude, nós podemos, então, pela Comissão de Segurança, ir ao Comandante da PM para levar ao conhecimento dele a indignação de nossos representados diante de um fato de tamanha monstruosidade.

Usei da palavra para me solidarizar com V.Exa. e para me colocar à disposição, a fim de que possamos acompanhar o fato. Não é acompanhar a Polícia Militar. A Polícia Militar não precisa de acompanhamento. É uma polícia honrada, é uma polícia trabalhadora, é uma polícia que arrisca a vida. Outro dia, eu li uma frase escrita nos Bombeiros, na qual eu só queria colocar um S a mais. Lá se diz: "Vida por vidas." Eu digo diferente: "Vidas por vida." Lá, vários bombeiros colocam suas vidas em prol de uma vida. A Polícia Militar, a Polícia Civil, os órgãos de segurança do Distrito Federal fazem isso. Enquanto delegado de polícia, eu coloquei a minha vida



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

em jogo, e vários dos meus policiais também colocaram suas vidas em jogo para salvar a vida daquele que necessitava. Nós não podemos aqui, num momento como este, fechar nossas bocas e tapar nossos olhos diante do acontecido. Foi um fato dramático. Foi um fato horripilante, horrendo. Nós, como Parlamentares, temos de acompanhar, não porque tenhamos alguma dúvida de que a justiça será feita pelo Judiciário e pela própria Polícia Militar, mas para darmos uma satisfação aos nossos representados.

Então, eu quero aqui me ombrear com V.Exa., como diz o nosso amigo Deputado Aylton Gomes – estamos ombreados. Vamos à Comissão de Segurança. Pode marcar o dia para conversarmos com o Comandante da Polícia Militar e, se for o caso, até com o Dr. Carneiro, que é um grande delegado de polícia, apesar de ser pequeno. É um grande profissional, um trabalhador sério, um homem que tem desvendado diversos casos. Inclusive esse, que eu citei ontem aqui, da tribuna, que é o caso – não posso dizer daquele homem – daquele monstro. Desculpe-me pelo termo, Deputada. Eu não sou feminino, eu sou feminista. Há uma diferença muito grande. Há uma diferença muito grande entre ser feminista e ser feminino. Eu sou feminista. E o que ele fez com aquela policial militar! V.Exa. veja que nós estamos falando de um policial que cometeu uma atrocidade. E, agora, estamos falando de um fato em que a policial militar foi “atrocidadada”, se é que existe essa palavra, se não for um neologismo. Veja o que o próprio marido fez com ela. Nós estamos aqui em dois fiéis da balança: uma policial militar sendo “atrocidadada”, se é que existe, e um policial militar cometendo uma atrocidade.

Então, quero aqui me solidarizar com V.Exa. Vamos juntos até lá, para falarmos.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, muito obrigado pela sua fala, por seu apoio. Brilhante delegado de polícia que V.Exa. foi durante o tempo em que esteve desenvolvendo o seu trabalho. Hoje é delegado aposentado. Eu quero agradecer. Vou fazer essa convocação para que nós, juntos, possamos ir ao comandante. O problema é que algumas pessoas ainda dizem... Eu vi uma declaração de uma pessoa, que disse que ele era uma pessoa boazinha. Gente, que pessoa boazinha? Quem é o bonzinho que porta uma arma e dá tiro a esmo? Três ou quatro tiros. É lógico que vai acertar alguém. As pessoas estão na frente dele, então vai acertar. Então, não é bonzinho, é maldoso. Ele foi para lá, saiu, e foi embora para casa. Nós temos de acompanhar e nós vamos acompanhar.

O Deputado Dr. Michel abordou uma questão de suma importância aqui, que é a seguinte: não é porque sou eu ou porque é prima de um Parlamentar ou porque é parente. Isso atinge toda a sociedade brasileira. Pode ser com qualquer um, se nós estivermos andando na rua e recebermos uma bala perdida. Pode ser com qualquer um. Se nós não tomarmos providências, se as autoridades não julgarem o caso adequadamente, isso servirá para que outras pessoas cometam outros crimes. É claro, não foi punido. Vai para casa, vai esperar julgamento. Quando é que vai ser julgado?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Então, realmente, quero deixar aqui a minha tristeza com um fato doloroso dessa magnitude. Repito, a Polícia Militar, briosas, cheia de homens altamente capacitados, não vai permitir que fique nas fileiras um assassino gratuito dessa maneira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, boa tarde.

O que me traz à tribuna nesta tarde é a divulgação de um projeto de lei importante nosso, que está tramitando nesta Casa e, realmente, nós temos sido muito procuradas para discutir e falar sobre ele. É um projeto que cria punição para os invasores de terras públicas do Distrito Federal.

Acho que nós não vamos dar conta, o Estado não dá conta de remanejar eternamente uma população que continua invadindo sem nenhuma punição, seja social, seja de corte de benefício, da impossibilidade de receber benefício do Governo, seja de qualquer área. Acho que é uma legislação importante; acho que a cidade está madura para isso. Temos, realmente, que impedir, senão não vamos dar conta de organizar o Distrito Federal. Não há saúde pública para isso, não há educação para isso se não tivermos um controle dessa área pública. Deixa-se para amanhã e para amanhã.

O nosso projeto é na questão de punição mesmo, punição no sentido de corte de qualquer tipo de benefício que venha por parte do Governo, seja ele social, seja ele em termos de cunho fiscal, de renúncia fiscal.

Temos vários tipos de invasores: os invasores milionários, tidos como grileiros, e os que invadem realmente pela falta de condição financeira. Se nós não organizarmos nossa cidade, se não criarmos uma legislação forte para isso...

Trago à tribuna, nesta tarde, o comentário sobre essa nossa legislação que está tramitando aqui na Casa e peço, inclusive, o apoio dos Parlamentares.

Queria falar, também, na tribuna, nesta tarde, sobre outro assunto. Na semana passada, a *Rede Record* mostrou um fato que é muito grave, que a nossa comissão está investigando também: uma criança dirigindo um trator numa obra pública.

Eu acho que é muito grave. Nós somos a Capital do Brasil e acho que temos que dar exemplos. Inclusive, a própria jornalista notificou o administrador e o administrador disse que, naquele mesmo momento, havia notificado a empresa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Nós estamos falando aqui de trabalho infantil numa obra pública! A nossa comissão está apurando isso. É muito grave, é muito sério. Realmente, temos que eliminar o trabalho infantil de qualquer forma, mas no Estado principalmente.

A resposta nós ainda não tivemos, fizemos por requerimento... Foi até na região da nossa querida Deputada que aconteceu o fato. Acho que o Estado tem que dar uma resposta à altura. Essa empresa tem que ser punida, sim, Deputado Joe Valle. Acho que tem que haver uma contrapartida que seja social, uma retratação moral com a sociedade do Distrito Federal, porque as empresas que prestam serviço público precisam ser mais idôneas ainda do que as empresas normais, até porque estão fazendo um serviço para o Estado.

Quero trazer à tribuna, nesta tarde também, que a nossa comissão está investigando, está dando toda a assistência nesse caso.

Queria trazer, também, outro assunto. Nós perdemos uma pessoa que se suicidou no presídio semana passada. O curioso é que a mãe desse detento que se suicidou foi à comissão no dia anterior, Deputado Joe Valle, pedindo que a comissão notificasse o sistema prisional de que aquele detento se mantinha isolado e estava com depressão. A comissão, imediatamente, notificou o presídio, mas, no dia seguinte após a notificação da comissão, o detento faleceu.

Nós estamos acompanhando o caso e, segundo as informações da própria subsecretaria do sistema prisional, seria um suicídio. Estamos investigando porque ele foi isolado devido a outras brigas que aconteceram no sistema prisional. A comissão também está investigando o que está acontecendo.

Eu queria informar que nós realizaremos através da comissão, no dia 8, no presídio feminino, o Dia da Saúde da Mulher. Nós vamos começar com o evento no dia 8 de março e, no dia 22, haverá um mutirão de atendimento da saúde da mulher. Vamos convocar vários médicos voluntários que nos ajudarão. Será um dia de atendimento a todas as detentas: saúde, consultas clínicas, médicas e ginecológicas. Quero convidar também a Deputada Arlete Sampaio como médica para participar conosco lá. Nós vamos fazer um mutirão mesmo! Estamos conseguindo parcerias de laboratórios privados para fornecer os laudos de exames para que o atendimento não seja somente emergencial, mas que tenha começo, meio e fim. Não seja aquele atendimento maquiado. Então vamos ter duas oportunidades. Dia 8 haverá um evento dentro do presídio sobre conscientização, sobre políticas públicas para as mulheres, sobre saúde; e no dia 22, efetivamente, será mutirão de saúde para as mulheres. Aliás, dia 21, só para retificar a data. Não é dia 22 o mutirão da saúde. É no dia 21. Nós vamos ter a participação de vários médicos. Por isso, quero convidar todos vocês.

Queria deixar registrado que ontem nós tivemos a oportunidade de estar em Samambaia. A discussão lá foi muito intensa. Quero pedir o apoio dos Deputados Joe Valle e Cláudio Abrantes. Nós sabemos que é um tema polêmico: o aterro sanitário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Deputado Joe Valle, eu já fui a vários eventos públicos e audiências públicas, mas eu nunca vi um evento tão acalorado. A população estava muito preocupada com a ida do aterro sanitário para Samambaia. Existem muitas dúvidas e muitos questionamentos. Eu fui a Parlamentar que protocolou um requerimento de informações no Ministério Público para ver se lá seria local adequado mesmo. Existia uma revolta da comunidade devido à ausência do restante dos Parlamentares. Por isso eu trago à tribuna desta Casa que ela tem que participar dessa discussão porque nós estamos falando da destinação dos resíduos sólidos.

Existia, inclusive, uma confusão na cabeça da população, que achava que nós é que destinamos Samambaia, e isso não é verdade, porque é um poder discricionário do governo, que decidiu segundo os representantes do GDF que estavam lá ontem. Quero agradecer a presença deles porque nós, às vezes, fazemos as audiências e não contamos com esses representantes. Mas estavam todos lá e tivemos até dificuldade para que eles falassem devido à revolta da população. Apesar disso, nós conseguimos manter o diálogo franco com toda a população, e eu acho que esta Casa tem de se envolver nesse debate. Nós estamos falando de um lixo que foi deixado há muito anos na situação em que está.

Nós chegamos a uma situação em que precisamos tomar medidas. O aterro sanitário é uma delas, e a população de Samambaia quer saber o porquê de ele estar indo para lá. Ontem foram expostos os benefícios do aterro sanitário e um morador, com muita simplicidade, comentou isso com muita transparência: "se é bom, por que nós não colocamos um em cada cidade? Se é tão bom assim como vocês colocaram, por que não colocamos um no Lago Sul, um no Lago Norte?"

A gente sabe que existem várias questões sobre isso. Não é tão simples assim. Então eu acho que esta Casa tem de participar desse debate. Nós como Parlamentares. A comunidade está participando. A resposta que eu tive do Ministério Público, da promotora do meio ambiente é houve estudos técnicos para isso, mas eu acho que nós temos de participar. Existe uma opção b? Nós podemos melhorar o projeto? E nós tiramos um encaminhamento de fazer um comitê fiscalizador. Um comitê da própria comunidade conosco que somos Parlamentares. Nós estamos montando esse instrumento no *site*. Nós vamos buscar o máximo de informação. Vamos colocar um fórum de debates para que a comunidade participe, porque a minha sensação, ontem, como Parlamentar, é a de que, de certa forma, a revolta é conosco. E muitas vezes é até injusta.

E eu acho que é a nossa função representar, trazer clareza sobre o que está acontecendo, sobre a escolha de o aterro ir para Samambaia. Qual é a motivação dessa escolha? Se deve ser lá mesmo ou vamos ter outra opção... Eu acho que isso precisa ser discutido.

Então eu queria convidar os Parlamentares que estão aqui para a gente fazer um grupo que vai representar... Samambaia é uma cidade enorme e nós sabemos da importância financeira, da importância da população da cidade, e o sentimento é como se nós estivéssemos abandonando a cidade de qualquer forma. Eu quero



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

deixar bem claro aqui que esse problema do lixo não é um problema atual, é um problema que se estende há anos. Precisa ter coragem, sim, para resolver esse problema. Nós precisamos não só representar o morador de Samambaia, mas o morador do Distrito Federal como um todo. Não há de se falar de aterro sanitário, Deputado Joe Valle, sem se falar em coleta seletiva, sem se falar em outros mecanismos que temos sobre a questão do lixo, do plasma, que seria uma possibilidade. Eu acho que esta Casa tem que entrar nesse debate. Nós vamos ter recursos do Governo Federal. Eu quero convidar a todos para participar desse comitê fiscalizador para que tenhamos mais transparência e que nos façamos representar, porque a impressão que tive ontem com a população de Samambaia... Não sei se é porque a classe política, a própria Câmara se coloca realmente da forma como as pessoas nos colocam, de várias formas. Eu acho que é o momento de resgate, de nos fazermos representar, de esclarecer e de ser um mecanismo de comunicação até entre o próprio Governo e a população para escolhermos a melhor saída.

Se for Samambaia, se não tiver outra saída, vamos justificar, vamos tentar trazer contrapartida social para a cidade, porque o aterro sanitário será construído em cima de uma escola. A escola terá de ser retirada de lá. Qual é a contrapartida social que o GDF dará para a população de Samambaia? Nós não podemos criar um ônus para uma cidade sem criar um bônus.

Coloco essa discussão e convido todos vocês para participar.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer à Deputada Celina Leão. Acontece que estamos há quatorze meses discutindo isso na Casa, por meio dos grupos de trabalho da Frente Parlamentar Ambientalista.

Essa discussão não está só na questão de Samambaia, mas principalmente numa questão mais global e estruturante que são os resíduos sólidos. Então, nós temos debatido em seminários, aqui na Casa já dois seminários grandes, com a presença de trezentas, quatrocentas pessoas. Nós tivemos aproximadamente 27 reuniões aqui na Casa com a presença da sociedade civil organizada, com a Ascoles, com a Central Cooperativa de Catadores, com todo o coletivo de resíduos sólidos desta cidade. Esta Casa está com completamente envolvida nisso, Deputada Celina Leão. Ela tem trabalhado nesse sentido, com o Ministério Público, com a presença da Marta Eliana algumas vezes aqui, com o Ibram, com a Secretaria de Meio Ambiente, com o SLU.

A questão do aterro sanitário em Samambaia não foi uma escolha do Governo atual. Trata-se de uma área que está sendo trabalhada há bastante tempo pela qualificação da área no sentido de trabalhar um aterro. O problema todo é que existe um preconceito em relação ao lixo por causa do Lixão. São duas coisas completamente diferentes: aterro sanitário e Lixão. Nós estamos vivendo um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

momento difícil porque o Lixão talvez não aguente seis meses, pela quantidade e volume de lixo que está sendo colocado lá. Se bem administrado e bem gerido, nós podemos ter o Lixão acontecendo por mais dois anos. Mas, a gente sabe que o processo de gestão não está muito legal.

Então, provavelmente, nós tenhamos apenas um ano de colocação. Para vocês terem ideia do que estamos falando. Nós aqui, todos, produzimos 2,2 a 2,5 quilos de lixo por dia. Todos nós. O cidadão de Brasília produz isso. A questão do lixo é calamitosa.

A questão da coleta seletiva, nós temos algumas leis. Foi sancionada uma lei, por exemplo, que obriga a coleta seletiva nas escolas públicas do Distrito Federal e que está sendo seguida pelas escolas privadas. A questão das sacolas plásticas num substitutivo e a lei do Deputado Cristiano Araújo foi sancionada pelo Governador na semana passada, em 12 meses. Então, há um processo em curso. As ATTS, as áreas de transbordo, tudo isso está em processo de licitação e estamos acompanhando, Deputada Celina Leão. As áreas de triagem que já estão sendo construídas e financiadas pelo Banco Mundial com a participação dos catadores.

Então, o processo do resíduo sólido é muito mais complexo do que apenas o aterro sanitário da cidade de Samambaia, ele extrapola tudo isso. Logicamente, no aterro sanitário, estamos seguindo, e a discussão é muito forte nesse sentido, para que haja bônus para a comunidade que vai receber aquilo que não é um ônus, mas que é aquilo que nós produzimos. Afinal de contas, são cidadãos de Brasília que precisam de um local para colocar o excedente de lixo seco em relação ao que se produz aqui no Distrito Federal. E há um processo, uma lógica de trabalho que está acontecendo e que não começou agora, começou há mais de dez anos. A gente vem enfrentando essa problemática no Distrito Federal há mais de dez anos. Existem estudos, há um comitê. A sociedade civil está representada nesse comitê de resíduos sólidos do Governo do Distrito Federal. Existe assento para a sociedade civil. A gente está vendo todo esse processo. As pessoas que estão lidando com isso são professores da Universidade de Brasília e pessoas ligadas ao Ministério do Meio Ambiente. Os recursos que estão vindo do Governo Federal estão sendo fiscalizados.

Os grupos de trabalho e a Frente Parlamentar Ambientalista estão fiscalizando isso, e eu gostaria de convidar todos os senhores para um seminário nosso interno para os senhores tomarem conhecimento do que está acontecendo. Isso está sendo repassado aos seus gabinetes, todas as atas de reunião têm sido repassadas a todos os gabinetes. Todas as reuniões têm sido comunicadas a todos os gabinetes, inclusive com registro – eu pedi com registro porque nosso presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, o Deputado Rôney Nemer, pediu. Então, em todos os momentos, nós estamos documentando isso na Casa, há quatorze meses. Faz quatorze meses que isso está sendo discutido aqui. Então, eu acho extremamente importante que todos nós – pois todos assinaram, todos são signatários da Frente Parlamentar Ambientalista, os 24 Deputados – tomemos conhecimento porque são coisas que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

estão acontecendo e a nossa cidade está à beira de um colapso, tanto no resíduo sólido, quanto na água, por exemplo.

Eu me coloco totalmente à sua disposição, Deputada Celina Leão, na hora em que V.Exa. quiser, se V.Exa. quiser pegar o pessoal do seu gabinete, há pessoas tanto na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo quanto no nosso gabinete, que têm acompanhado isso e têm toda a documentação. Fico totalmente à sua disposição para isso.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Isso é muito válido, Deputado Joe Valle, porque aqui o volume de informações é imenso. V.Exa. tem conhecimento e está realmente bem introduzido no assunto. Acho que o que falta é isso, essa interface com a comunidade, porque o sentimento da comunidade é como se nós não estivéssemos participando. É um debate importante, e aí eu quero, sim, faço questão e acho que na próxima oportunidade talvez possamos montar uma comissão geral aqui e convidar a população de Samambaia. Acho que é algo que pode ser feito nesse sentido.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Deputado Dr. Michel, nosso Deputado, senhoras e senhores, quero aqui fazer três comunicados a este plenário.

O primeiro deles é que hoje nós realizamos a primeira reunião da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor pela manhã e reorganizamos os trabalhos da comissão, ao mesmo tempo em que aprovamos um requerimento para que nós possamos fazer uma audiência pública sobre a questão dos direitos do consumidor. Nós precisamos trazer a esta Casa o debate que o Ministério da Justiça tem feito, o Ministério Público, o Procon, para que de fato essa comissão preste um serviço de qualidade à nossa população, trazendo para o debate desta Casa uma série de aspectos que ferem diretamente o direito do consumidor, como são as denúncias frequentes dos desmandos dos planos de saúde, Deputado Dr. Charles, como também do atendimento à telefonia, que também tem uma quantidade enorme de queixas dos usuários ao Procon. Então, nós pretendemos que esta comissão de fato cumpra com seu papel no sentido de fazer com que os consumidores de Brasília tenham os seus direitos respeitados. Quero agradecer a presença da Deputada Luzia de Paula e do Deputado Agaciel Maia que lá estiveram para dar *quorum* na nossa reunião. Portanto, esse era o primeiro comunicado.

O segundo é um convite, sobretudo a todas as mulheres aqui presentes, as Parlamentares e os Parlamentares feministas, para que estejam presentes no dia 9 de março, às 15 horas, na nossa sessão solene comemorativa do Dia Internacional



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

da Mulher, que vai debater o combate à violência contra as mulheres aqui no Distrito Federal.

O terceiro comunicado diz respeito a um requerimento que aprovamos ontem nesta Casa que visa a transformar a sessão plenária da Câmara Legislativa do dia 22 de março em comissão geral para debatermos Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade. Teremos aqui na nossa Capital, do dia 13 ao dia 17, a visita da Unesco e do Icomos para discutirmos a situação do Patrimônio Cultural da Humanidade. No dia 22, teremos aqui o Iphan Nacional. Já acertamos o convite para estarem presentes. Vamos convidar também outros representantes aqui do Distrito Federal para comparecerem. Vamos discutir o decreto do Governador Agnelo Queiroz que transformou o ano de 2012 no ano de valorização de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade. Creio que é um evento de mais alta relevância. Peço a todos os Parlamentares a presença, para que possamos contribuir com a nossa Capital, que é a única construção do século XX alçada à condição de Patrimônio Cultural da Humanidade.

A Deputada Celina Leão já saiu, mas eu quero dizer que é inaceitável encontrarmos ainda situação de trabalho infantil em Brasília. Sabemos que isso é uma realidade. Existe uma frente social aqui de combate ao trabalho infantil. Gostaríamos de ter exatamente as informações para que essa frente possa atuar no sentido de coibir e penalizar essa empresa por estar usando trabalho infantil.

Eu gostaria também de me somar à fala do Deputado Joe Valle dizendo que o Governo instituiu em Brasília uma política de resíduos sólidos. Isso é fundamental para podermos entender a totalidade das ações que essa política enseja, desde a coleta seletiva até o trabalho dos catadores de materiais reciclados, que será valorizado e facilitado com as estações que serão utilizadas para reciclagem de material, e, sobretudo, para se resolver, de uma vez por todas, essa lamentável situação que existe aqui: o Lixão da Estrutural. Isso só poderá se fazer se nós, em contrapartida, construirmos os aterros sanitários.

Não podemos minimizar esse debate. Ele tem de ser feito na sua totalidade. Acho que esta Casa, de fato, tem de se aprofundar nisso. Quero ser signatária da Frente Ambientalista, já que eu não estava aqui no ano passado, para contribuirmos nesse debate. Eu tenho um interesse muito grande em que ele seja feito, pois tem uma interface fantástica com a questão da saúde.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Dando continuidade ao Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Siqueira Campos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pares, amigos, companheiros que estão aqui presentes, hoje, no mundo, comemora-se ou tem-se o Dia Mundial das Doenças Raras.

No ano passado, apresentamos um projeto de lei que cria o Dia Distrital de Consciência sobre Doenças Raras, que é hoje, o último dia de fevereiro. Eu cheguei aqui às 4h porque estava na Câmara dos Deputados em um grande evento, num grande seminário sobre doenças raras, com a participação, inclusive, do Ministro da Saúde. O Romário tem liderado esse tema no Congresso Nacional. Estou envolvido com isso porque tenho um caso na minha família, especificamente minha companheira. Então, temos trabalhado para conseguir o apoio de uma política pública de apoio a essas pessoas.

Doenças raras são aquelas que acometem até uma em cada duas mil pessoas, mas temos uma quantidade de pessoas que precisam de um apoio muito grande. Então, estamos desenvolvendo aqui na Casa, junto com a sociedade civil organizada, com as associações ligadas a esses movimentos no Distrito Federal, uma política distrital de apoio aos portadores de doenças raras. Eu queria convidar a Deputada Arlete Sampaio, o Deputado Dr. Charles, pessoas ligadas à saúde, para tomarem conhecimento e poderem nos ajudar nesse processo.

Uma sugestão que foi prontamente aceita pelo grupo do congresso, inclusive pelo Ministério da Saúde, foi a criação de um observatório. Nós temos uma ferramenta desenvolvida pela Universidade de Brasília. Estamos num processo de criação do observatório distrital de doenças raras. A ferramenta está pronta, é uma coisa que não tem custo nenhum, está na Universidade, e nós estamos colocando à disposição da Secretaria de Saúde.

Eu queria pedir o apoio da nossa amiga e companheira Deputada Arlete Sampaio e do Deputado Dr. Charles, que são ligados a isso, para que possamos efetivamente fazer com que o Distrito Federal saia na frente nesse processo e nós possamos ter, num estado, no Distrito Federal, o primeiro observatório brasileiro de doenças raras. A ferramenta está pronta, preparada, disponível, e nós podemos rapidamente colocá-la em uso na Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

As associações, como a Amavi, todas as associações que tratam disso estão completamente disponíveis, já estão na Câmara, participaram, ajudaram-nos a criar o dia de consciência aqui no Distrito Federal, que já foi sancionado pelo Governador Agnelo. É o último dia de fevereiro, acompanha o dia mundial. Nosso estado, então, já tem o nosso dia, sai na frente. Nós estamos trabalhando nisso.

Estive agora com o Senador Eduardo Suplicy, que tem essa política lá. Estamos colocando os técnicos em contato para criar esse processo. Uma coisa interessante, quase uma coincidência, porque estávamos nos preparando para participar desse seminário e conversando sobre isso... É que, na sexta-feira, eu estava em um local à noite com a minha esposa, que tem essa doença, mas trata, tem condição de tratar. Chegou uma pessoa completamente deformada, com a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

mesma doença. Nós a chamamos para perto, porque achamos aquilo... Falamos: "Olha, estamos aqui, queremos ajudar. Há um tratamento por que passamos todos os dias". E a pessoa falou: "Olha, eu não tenho como. Não tenho dinheiro para comprar os remédios". Se houver o remédio na rede pública, essa pessoa passa a ser um cidadão completamente normal.

Então, nesse sentido, Sr. Presidente, é que eu queria fazer esse discurso, esse depoimento também, para que pudéssemos aqui, na Casa, tratar dessa política de apoio, que já está em curso, sendo trabalhada, como uma política da nossa Casa. É um projeto de lei de todos nós, assinado por todos nós, porque é uma coisa que traz qualidade de vida para o que está escondido, para essa dor que está escondida, mas que existe efetivamente em muitos lugares no Distrito Federal.

Muito obrigado.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Joe Valle fez um discurso muito interessante sobre a questão das doenças raras. Deputado Joe Valle, perdoe-me, qual é a doença da sua esposa?

DEPUTADO JOE VALLE – Psoríase.

DEPUTADO DR. CHARLES – Não é uma doença autoimune. Quero lembrar que ela tem, sim, na farmácia de alto custo, como buscar essa medicação. Se estiver faltando, nós temos que realmente ver qual é o motivo. Tem que ter, porque é uma patologia que se torna uma doença que vai avançando e realmente complica o estado do paciente.

Eu achei muito oportuno o discurso de V.Exa. Coloco-me à disposição. Tenho certeza que a Deputada Arlete Sampaio, altamente comprometida com essas questões da área de saúde... Nós estamos juntos para que V.Exa. possa tocar o seu projeto adiante e para que nós beneficiemos essa população, que realmente merece ser assistida.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Joe Valle, Deputada Arlete Sampaio, neste momento, eu acho importante esclarecer aqui a situação daquele menino que estava dirigindo aquele trator.

Deputado Siqueira Campos, Deputado Dr. Charles, Deputada Luzia de Paula, Deputado Rôney Nemer, eu acabo de falar com o Secretário de Obras, Dr. Oto, que me disse que aquilo ali é uma obra que foi licitada ainda no governo anterior, essa licitação foi validada neste governo e procedeu-se ao contrato. Ao fazer o contrato com a empresa construtora da praça, que é uma praça grande lá na Ceilândia, a empresa sublocou o serviço a outra, que tinha o equipamento. Até aí, não há



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

nenhuma ilegalidade, porque a empresa pode sublocar a outra. O problema, Deputado Rôney Nemer, é que, na terça-feira de carnaval, o cidadão dono do equipamento, que é o tratorzinho, que tinha sublocado o trator para a empresa que está fazendo a obra, foi para lá e ficou assistindo ao filho brincar, fazendo aquilo com o trator. É um irresponsável, ele é o pai. E, pela desenvoltura com que o menino guiava o trator, acredito que não foi a primeira vez. Ninguém pega um trator e sai daquele jeito. Não foi a primeira vez que o pai permitiu que o filho operasse o trator.

O Governo do Distrito Federal tomou todas as medidas, todas as providências necessárias e punirá efetivamente a empresa, não pela subcontratação, mas por não ter fiscalizado o subcontrato que eles fizeram. É preciso ficar claro que não há deliberação do Governo do Distrito Federal no sentido de permitir que menor trabalhe, muito menos em trator.

É uma situação grave também porque o exemplo precisa começar de casa, Presidente Dr. Michel. Os pais precisam começar a ter responsabilidade com seus filhos. Como é que o cara, por ser dono do trator, faz um subcontrato, leva o trator e põe o filho para dirigir-lo? E alguém filmou e botou na imprensa. Está certo. Vê uma criança dirigindo um trator, bota na imprensa. Aí sai para o País inteiro e para o mundo, na medida em que vai para as redes sociais, que aparentemente Brasília é um lugar que explora crianças. Não é verdade. Aqui não há exploração de trabalho de crianças, principalmente no nosso Governo, que é um Governo que tem por princípio proteger as crianças, os velhos, os idosos.

O Deputado Rôney Nemer, que já foi secretário de Obras, sabe o quanto é difícil uma situação como essa. O subcontrato não é ilegal, mas o pai do menino é um irresponsável. Ele não deveria levar o filho para aquela obra, muito menos para perto do trator. O que foi pior ainda foi deixar o menino subir no trator e sair dirigindo da maneira como dirigiu. Mas o Governo tomou todas as medidas. Dizia-me há pouco o Secretário Oto que tem que tomar as medidas, mas precisa saber em que tamanho porque a empresa aparentemente não tem tanta culpa. Se você pune a empresa não permitindo que ela contrate mais com o Distrito Federal, como ficam os trabalhadores dessa empresa? Eles estão lá, e são dezenas, centenas.

Portanto, é uma questão complexa. O Governo do Distrito Federal não tem nenhuma responsabilidade, muito menos o Secretário Oto, que é uma pessoa que prima pelo cumprimento da lei. Num dia de terça-feira de carnaval, quando a cidade inteira estava paralisada, um pai leva seu filho para operar aquela máquina. E aí vem a irresponsabilidade do lar, do mantenedor do lar, que deveria ter um pouco mais de responsabilidade com seus filhos.

O Distrito Federal não tem nenhuma responsabilidade por isso, muito menos o nosso Governo Agnelo Queiroz.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Não havendo mais quem queira falar, dá-se início à

ORDEM DO DIA.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 02 2012	15h35min	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

Como não há *quorum*, dou por encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h43min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 40 – Suplemento, de 9/3/2012.